

A APROPUC continua a campanha em defesa do dissídio de 2005, do índice de 7,66% e do pagamento dos cinco anos de atraso. Nossos sacrifícios já foram e são imensos. Arcamos com uma dura jornada de trabalho, incompatível com a qualidade do ensino. Perdemos direitos trabalhistas, como resultado da denúncia pela Fundação do Acordo Interno. Cresce o descontentamento entre os docentes com as condições de

trabalho, que refletem negativamente sobre as condições de ensino.

A Fundação/Reitoria acham que ganhamos muito. Objetivam arrancar conquistas do passado, graças às quais a PUC-SP se diferenciou dos escolões universitários. Não estão se importando com nosso rebaixamento, desde que o caixa seja reforçado e exiba excedente. Já não se fala em universidade sem fins lucrativos. Empresa é empresa, não importa que seu fim seja a educação. Essa noção mercantilista ganhou terreno depois da intervenção da Igreja. Os proprietários querem renda.

Os salários vão para o chão, o ensino vai para o limbo! Que vão.

O expurgo de 6,66% não é pouca coisa. É um duro choque nos salários.

PROFESSOR, NÃO TENHA DÚVIDA, ESTAMOS CERTOS

Repercutirá nos anos vindouros. Quem não vê que a inflação está voltando? Teremos pela frente recuperação e ganhos salariais? São questões que dizem respeito à valorização ou desvalorização do nosso trabalho.

Mas estamos diante de um problema muito mais amplo. Os 7,66% fazem parte de um dissídio, que abrange todos os assalariados da base do Sinpro. A Fundação/Reitoria querem que a APROPUC rasgue o acordo coletivo. Como podem exigir para um acordo de pagamento dos atrasados que a APROPUC viole uma decisão abrangente e coletiva da categoria? É ou não uma imposição?

Ora, se a APROPUC disse à Fundação/Reitoria que não poderia aceitar ex-

purgo do índice e mostrou argumentos sólidos, o que deveriam fazer? Se estivessem preocupados tão-somente com os fluxos de caixa, iriam procurar um acordo em que não pesassem os juros bancários. Esse foi o encaminhamento da Associação. Mas não é disso que se trata, e sim da reestruturação da PUC-SP segundo o modelo empresarial.

Não pense, professor, que assinando a adesão individual ao confisco salarial e ao expurgo do índice você estará contribuindo para a não falência da PUC-SP. Nada, disso! Você estará contribuindo para a implantação do modelo mercantil do ensino, que se volta contra o trabalho do professor. Observe que a medida "saneadora" da Fundação/Reitoria é exata-

mente a flexibilização neoliberal. Tem gente que gritou muito em textos contra o neoliberalismo. Agora, acha que a APROPUC deve colaborar com a flexibilização trabalhista. Há quem não se peja em dizer que vai assinar a adesão impositiva em nome da vontade geral dos professores. Não aceitamos essa adaptação e falta de princípio. Dissídio não se viola. A flexibilização neoliberal deve ser rejeitada na casa dos outros

e também na nossa. Não há dois pesos e duas medidas.

Toda vez que se arranca direitos trabalhistas, por mais circunscrito que seja à PUC-SP, está se impondo um retrocesso geral aos trabalhadores. Há, como se vê, razões de sobra para não assinar o termo de adesão individual. Não obstante, ressaltamos a não violação de princípios de defesa do trabalho. Muitos professores já mostraram concordância com a APROPUC. Não perderam o tino e o sentido da indignação. É por aí que devemos trilhar

Professor, não corte sua própria carne e as dos outros!

Confie na APROPUC, estamos certos na defesa coletiva do trabalho!

EDITORIAL

Supremo soterra a ação da OAB

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou por 7 votos a 2 a ação impetrada pela OAB contra a anistia aos torturadores e aos assassinos de presos políticos pelos agentes do regime militar. O ministro do STF, Eros Grau, estava à vontade em seu longo relatório para concluir que a Lei da Anistia era irrevogável, nenhum torturador podia ser impunito. Ele mesmo foi um preso político e afirma ter sido torturado, portanto estava em posição moral para conceber o esquecimento do passado e apregoar a concórdia nacional.

O ministro Ayres Britto votou a favor da revisão da Lei da Anistia e da punição aos torturadores. Eis uma de suas justificativas: "O torturador experimenta o mais intenso dos prazeres diante do mais intenso dos sofrimentos alheios. (...) O torturador é uma cascavel que morde o som dos próprios chocalhos." (O Estado de S. Paulo) No entanto, os gritos dos presos submetidos a espancamentos, choques elétricos, queimaduras, telefones, coroas de cristo, afogamentos e outros métodos de barbárie ficaram, no final das contas, ensurdecidos pelos porões da ditadura e, agora, sufocados pelo STF.

O STF poderia se comportar como a Justiça na Argentina que abriu o processo contra importantes autoridades e não violar sua função de proteger a propriedade privada e o Estado. De fato, o julgamento e a condenação de alguns generais, torturadores, assassinos e sequestradores de bebês não afetam o cimento do capitalismo. Pode, inclusive, servir de bálsamo para refrescar as feridas nacionais, sem dúvida, mais profundas do que as cicatrizes deixadas pelo regime militar no Brasil.

No Brasil, os militares da ditadura vão à televisão, defendem o golpe de 1964, se autogloriam de salvadores na nação contra o comunismo, assim deformam a história e mentem sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos. Dizem: "Guerra é guerra", justificando sem nenhum pudor a tortura generalizada do regime ditatorial.

A via civilizadora encontrada foi a que se chamou "Direito à Verdade". O Estado, sob o governo Lula, se encarregou de publicar um belo livro de tão bem produzido com a lista de mortos e

desaparecidos, cuja tiragem servirá para os anais de história e as bibliotecas de alguns pesquisadores. Fez-se o reconhecimento das arbitrariedades e o Tesouro expediu cheques de indenização aos atingidos ou aos familiares dos mortos e desaparecidos. Encontrou-se a "Verdade" e indenizou-se a "Memória".

Os militares da ditadura não gostaram, mas não reagiram. Apenas reclamaram que haveria também de indenizar os seus heróis mortos em combate à guerrilha urbana e rural. Como parte da Verdade, montou-se uma expedição para procurar os cerca de 50 corpos de guerrilheiros do Araguaia. Logo a farsa foi posta de lado.

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos, os militares deveriam entregar os arquivos do período da repressão, para que fossem abertos. Os generais mentiram que haviam sido queimados. Recentemente, comunicaram a localização dos arquivos. E já não precisam explicar a queima do principal.

Como é que o STF iria considerar os torturadores como réus de crime hediondo, inafiançável? Como é que a OAB poderia confiar em uma ação de revisão da Lei de Anistia que foi confeccionada pelo último ditador - general Figueiredo - com a conivência da oposição "democrática"? Achavam que o STF poderia respeitar a assinatura do Brasil no acordo de Direitos Humanos da ONU, que tem a tortura como crime não anistiável?

O argumento de Gilmar Mendes estava na ponta da língua: a Lei da Anistia antecede a assinatura do tratado de Direitos Humanos. Mas o argumento jurídico é tão-somente um alibi. O tratado internacional não foi feito para ser cumprido. Os Estados Unidos praticam a tortura ao bel prazer e é um dos seus iminentes signatários.

A ação da OAB foi uma tentativa última dessas forças. O STF jogou a sua pá de cal e direcionou a questão: se quiserem vão até o Congresso e façam uma nova lei. Como se vê, os torturadores são os monstros apontados por Ayres Britto, mas a serviço de um poder e de uma política. O que estava em julgamento não era o monstro, mas sim um poder e sua política. Poder-se-ia separar o monstro da política, como se fez na Argentina e Chile, mas não era conveniente para a situação.

Diretoria da APROPUC

Semana de Serviço Social debate Direitos Humanos

O Departamento de Serviço Social convida toda a comunidade puquiense para a Semana de Serviço Social, sob o tema *Programa Nacional dos Direitos Humanos 3 - Um Debate Necessário para o Serviço Social*. As atividades, que também fazem parte da comemoração do Dia do Assistente Social, serão realizadas entre os dias 17/5 e 21/5.

PROGRAMAÇÃO

A primeira atividade será *Trabalho, Direitos e Mulheres*, no dia 17/5, na Sala 333, às 8h30, com participação da Dra. Chiara Sarceno e Dra. Marta Campos. A coordenação será da professora Dra. Laisa Maio C. Toledo e do estudante Allan Ferreira. Às 19h, na sala 333, será realizado o debate *Direito à Comunicação Democrática e ao Acesso à Informação*, com Luiza Erundina (Dep. Federal), José Arbex (PUC-SP), Bia Barbosa (Intervozes), Marco Ribeiro (Sindicato dos Radialistas). Coordenação da Profa. Dra. Rosângela Paz e da estudante Cláudia Simões.

No dia 18/5, às 19h, na sala 333, será realizado a atividade *A História Social dos Direitos Humanos*, com Dr. José Damião de Lima Trindade (Procurador do Estado de São Paulo e membro do Grupo de Tra-

balho de Direitos Humanos), Dra. Maria Lucia Barroco (PUC-SP e Coordenadora do Núcleo Ética e Direitos Humanos). Coordenação da Profa. Marli Pitarello e da estudante Gabrielle Borges.

Direito à Memória e à Verdade é o tema do debate de 19/5, às 19h, no Tucarena. Os debatedores serão Dra. Rosalina SantaCruz (PUC-SP), Bia Bargieri (Comissão de Anistia), Ivan Seixas (jornalista e membro do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo). A coordenação é da Profa. Marcia Calhes Paixão e da estudante Carolina Franco.

Já no dia 20/5, às 19h, no Tucarena, Gilmar Mauro (MST), Marisa Fefferman (Tribunal Popular), Helena Silvestre (MTST) debaterão o *Direito à Terra e à Moradia*, com coordenação da Dra. Maria Beatriz Abramides (PUC-SP) e da estudante Talita Luzia Alves Tecedor.

Por fim, no dia 21/5, às 19h, na sala 333, com coordenação da Profa. Graziela Acquaviva Pavez e da estudante Beatriz Pitta, será realizada a mesa *Direito à Livre Orientação Sexual e Direitos das Mulheres*, com Dulce Xavier (Católicas pelo Direito de Decidir), Sônia Santos (Marcha Mundial de Mulheres) e Diana Assunção (Grupo Pão e Rosas).

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victória C. Weischtordt

APROPUC realiza reuniões com professores da PUC-SP

A diretoria da APROPUC realizou nas últimas semanas várias reuniões de esclarecimento com professores das mais diferentes unidades da PUC-SP, procurando esclarecê-los sobre as diversas nuances que envolvem a quitação da dívida proveniente do não pagamento do reajuste de 2005.

Num primeiro momento foram realizadas reuniões com o curso de Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Jornalismo, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e Faculdade de Educação. Os docentes levantaram dúvidas principalmente quanto à legalidade do acordo individual proposto pela Fundação São Paulo e sobre os encaminhamentos jurídicos propostos pela associação. Como vimos fazendo nas últimas semanas, procuraremos nesta página responder a algumas inquietações levantadas pelos professores.

A DÍVIDA E SUA NEGOCIAÇÃO

Em meio a uma crise financeira, em 2005 a PUC-SP deixou de reajustar os salários docentes em 7,66%, o que acumulou até hoje uma dívida de aproximadamente seis salários brutos dos docentes. Várias tentativas de negociação foram realizadas nestes últimos anos, todas elas infrutíferas. Na crise de 2006 uma assembleia dos professores aprovou que, para que as demissões fossem evitadas, o valor devido poderia sofrer redução. Porém a Reitoria da época (professora

Maura Vêras) não aceitou, preferindo demitir professores e funcionários. No ano passado, após o pedido de negociação da APROPUC junto ao Tribunal Regional do Trabalho, as negociações foram retomadas. A Fundação/Reitoria propuseram o pagamento em oito anos, a APROPUC contrapropôs seis. Na sequência as propostas patronais mudaram de caráter, preferindo privilegiar o pagamento à vista de parte da dívida e a não incorporação plena do dissídio. Foi celebrado um acordo de dois meses para que as partes pudessem negociar com mais calma, porém, ao final deste prazo os gestores apresentaram a mesma proposta rejeitada pelos docentes dois meses antes.

A ENTRADA NA JUSTIÇA

A ação judicial é o último recurso de uma categoria para garantir os seus direitos, esgotadas as alternativas de negociação. A resposta deveria ser a greve, exigindo o cumprimento do dissídio coletivo. Mas, justamente porque falta mobilização, e quando não há mais nenhum outro instrumento que permita garantir o que é de direito, é que somos obrigados a entrar na justiça. É uma situação esdrúxula, a de ter que recorrer à Justiça, quando essa deveria autuar a PUC-SP pelo descumprimento do acordo coletivo. Já que se esgotaram todas as tentativas de negociação, e, diante da intransigência da Fundação, que manteve a mesma

proposta depois de APROPUC e SINPRO-SP encaminharem inúmeras possibilidades de pagamento sem recorrer ao endividamento bancário e tendo o prazo de prescrição do pagamento da dívida expirado, restou-nos apenas o recurso judicial.

O QUE REPRESENTOU O ACORDO INDIVIDUAL

Diante da atitude da APROPUC e do Sinpro-SP os gestores propuseram aos professores, de maneira unilateral, os mesmos 60% da dívida e 1% de reajuste apresentados em fevereiro à APROPUC. Se o patrão que tem a chave da contratação e da demissão nas mãos diz ao empregado assine voluntariamente a perda de 40% e o expurgo de 6,66% do índice, o "voluntariamente" não passa de uma máscara para acobertar a imposição. Imaginem se a moda pega. Eliminam-se os acordos trabalhistas. A Fundação/Reitoria vai longe. Passa por cima da APROPUC e do Sinpro-SP. Toma unilateralmente a medida de violação do acordo coletivo. Mesmo no caso da flexibilização, para dar-lhe um ar jurídico-democrático, está prevista a anuência do sindicato. O que a Fundação/Reitoria fazem é tratorar. A APROPUC não aceitou nossa proposta - que se lixe. Assim age a Fundação. O patronato tem encaminhado para a criação de precedentes jurídicos para acabar com conquistas trabalhistas. Sem dúvida, o acordo in-

dividual sem o consentimento da APROPUC/Sinpro-SP é impositivo.

O acordo individual não se constitui em uma prática usual entre as empresas. Ele representa um enorme desrespeito à categoria. A Fundação São Paulo e a Reitoria chamam de termo de acordo "que objetiva a quitação total do passivo e a liquidação de pendência que envolve o não pagamento do reajuste de 2005" um termo de perda do dissídio de 2005 e doação parcial da dívida acumulada até hoje. Trata-se da tentativa de impor uma perda de 40% do total da dívida e, em vez da incorporação de 7,66% sobre os salários de fevereiro de 2010, a aplicação de 1%. Na prática ele representa uma quebra de direitos trabalhistas e da convenção coletiva.

O SINPRO-SP NAS NEGOCIAÇÕES

A entrada do Sinpro-SP nas negociações deve-se ao fato de que ele é, na prática o representante de toda a categoria dos professores das escolas particulares de São Paulo. A APROPUC é filiada e somente o Sindicato pode entrar com ações judiciais coletivas contra a mantenedora. A presente ação, por se tratar de quebra de acordo firmado entre a categoria dos professores e a universidade, tem caráter coletivo e é extensiva a todos os docentes da universidade, independente de sua filiação ou não ao Sinpro-SP.

Centros Acadêmicos organizam debate sobre a elitização da PUC-SP

Em frente à Reitoria, no dia 12/5, ocorreu um debate sobre acesso e permanência na universidade. A iniciativa faz parte da campanha pela redução de mensalidades, organizada, desde o início do ano, pelo Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA).

Para iniciar o debate, a estudante de História, Dayana Biral, fez um histórico dos valores das mensalidades na PUC-SP. Segundo ela, "em 1993, o preço da mensalidade do curso de História era de R\$180", preço muito mais acessível para a maioria da população do que o praticado hoje pela universidade.

Biral também lembrou que a PUC-SP concedia um grande número de bolsas, mas que agora se elitizou e perdeu seu caráter filantrópico.

O estudante de Ciências Sociais, Felipe Campos, falou sobre como os altos preços das mensalidades e o baixo número de bolsas da universidade impede que pessoas de baixa renda entrem na universidade, pontuando a importância da campanha dos Centros Acadêmicos. "Lutamos pela redução das mensalidades no sentido de defender a entrada de trabalhadores na universidade", afirmou Campos.

FILANTRÓPICA?

"A PUC-SP, apesar de filantrópica, trata as questões de ensino como as Faculdades de mercado. O que ocorre na PUC-SP é reflexo da educação no país e seu sucateamento gerado pelo Reuni", afirmou Douglas Belchior, da UNEafro e ex-estudante de História da PUC-SP.

Belchior, em sua fala, relacionou as reformas mercantis por que passa a PUC-SP às mudanças que ocorrem em todo o sistema educacional brasileiro.

Por sua vez, Isadora Penna, estudante de Direito, lembrou as lutas que vêm sendo tocadas na universidade. Uma das principais é a que ocorre no curso de Direito, sobre as vagas do Vestibular de Inverno, aprovadas pelo Conselho da Faculdade sem representação estudantil e com pouco debate no curso. "Nós, do centro acadêmico '22 de Agosto', fizemos um abaixo assinado com mais de 1500 assinaturas, um ato com mais de 300 pessoas e conseguimos uma audiência com a direção da Faculdade para debater o assunto", afirmou Penna. A estudante, no entanto, lamentou que as instâncias da universidade estivessem ignorando a mobilização estudantil, já que o Consun e o Consad aprova-

ram o número de vagas no vestibular de inverno.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao final do debate o reitor Dirceu de Mello, que saía da Reitoria após seu expediente, foi surpreendido pela aglomeração de estudantes em sua porta. Sem pestanejar, diversas perguntas foram direcionadas a ele, principalmente relacionadas ao preço das mensalidades, o baixo número de bolsas, que inclusive ainda não teve o edital desse ano aberto e a abertura de vagas no Vestibular de Inverno.

O reitor justificou os valores das mensalidades pela necessidade de reajuste de salário dos professores.

Na maioria das respostas Dirceu foi evasivo, lembrando da crise que a PUC-SP passa e o cuidado financeiro que se deve ter durante esse período. No entanto, se esquivou quando indagado sobre os altos juros que a

PUC-SP paga aos bancos, impedindo que investimentos essenciais sejam feitos a universidade.

Sobre as 60 vagas abertas no Vestibular de Inverno, no curso de Direito, o reitor afirmou que isso não necessariamente significa aumento de estudantes no curso, pois no Vestibular de Verão serão abertas 60 vagas a menos, mantendo assim o número atual.

Quando indagado se os conselheiros do Consad aceitariam um pedido de Audiência Pública para o segundo semestre, afirmou: "Não posso falar pelos Secretários Executivos da Fundação São Paulo, mas desde já me coloco à disposição para tal audiência".

ATO

Durante o debate foi marcado um ato para o dia 20/5, na Prainha, para dar continuidade à campanha pela redução de mensalidades.

Semana de Jornalismo debate a luta por Direitos Humanos

Entre os dias 24 e 28/5, acontecerá a 32ª Semana de Jornalismo da PUC-SP, com o tema Direitos Humanos. Acontecerão diversas atividades com relação à comunicação, desde debates, oficinas e entrevistas coletivas.

A abertura da Semana acontecerá no auditório 333, às 9h, e discutirá a luta por Direitos Humanos no Brasil. Os debatedores serão Plínio de Aruda Sampaio, presidente

da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e Kenarik Boujikian Felipe, da Associação dos Juizes para a Democracia. No mesmo dia, a partir das 19h, acontecerá uma entrevista coletiva com o Secretario Especial para Direitos Humanos, Paulo Vanuchi.

No dia 26/5, dois documentaristas irão apresentar e debater suas obras: no período da manhã, com Jorge Bodanky, diretor de

Iracema, *uma transa Amazônica*, e à noite com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos ex-estudantes da PUC-SP Pedro Henrique França e Guilherme Manechini, sobre a morte do Toninho do PT, ex-prefeito de Campinas. Além dos autores, a viúva de Toninho estará presente.

Para maiores informações acesse o blog: cabevidespaixa.wordpress.com.

Quem se sente responsável? Ninguém sabe, ninguém viu, ninguém ouviu e quase todos se omitiram

Anna Maria Garzone Furtado

Preferindo a corrupção, a violência, em nenhum momento assumido pelos que a praticaram em suas mais diferentes formas, desde as mentiras, calúnias, inescrupulosamente e leviamente montadas, até a trama política para esconder e abafar, atrás da "loucura da professora", toda ordem de arbitrariedades acadêmicas/pedagógicas/administrativas.

Estive 45 anos na Pontifícia Universidade Católica, ninguém sabe, ninguém viu, ninguém ouviu e quase todos se omitiram, colegas, funcionários, colegiados, chefias leigas e religiosas! A ordem: tudo para debaixo do tapete!!! **Decididamente a professora está "surta-da", Anna Maria, Furtado? Não, "Surtado"!** Quem a defendesse, rua!!!

Como explicar a existência, em pleno século XXI, de **Tribunais de Inquisição** em uma universidade Católica? De **Cercos de Segurança** a uma professora que pede explicações das irregularidades cometidas em sua disciplina e com sua pessoa? Esta professora é obrigatoriamente, enviada ao psiquiatra, porque, considerada louca, a ponto de lhe ser instaurado um processo administrativo, usando na **Internet e Jornal** um texto altamente desmoralizador, expondo-a pública e internacionalmente. **Crime Eletrônico!!!**

Uma rápida síntese das

irregularidades dará o alcance do ocorrido que por sua vez gerou os danos morais de que foi vítima:

- Orientações dadas pelo CAJ, Direção da Faculdade, APROPUC, posteriormente, mudas em prejuízo da professora, com explicações imorais.

- Prática do assédio moral por quatro anos, com a prática do bullying.

- Carta enviada à Reitoria desmerecendo o seu trabalho em sala de aula, apesar das avaliações positivas dos alunos, assinadas por nove colegas desconhecidos e desconhecedores de seu trabalho pedagógico.

- Aprovação de alunos à sua revelia, em número de quatro (falsificação de estágios, analfabeto sem condições de ser professor, alguns exemplos: "praneja", "broqueio", "discusão", quatro folhas de erros/redação, ortografia, regência, compreensão).

- Formação de comissões para obrigar a professora a "oficializar" sob pressão, as aprovações indevidas, ao que a professora se negou.

- O não cumprimento das decisões do Consun a favor da professora.

- Em sua ausência como professora de História, substitui-se por professora de Psicologia.

- Retirada de seu direito de especialista, adquirido por concurso e carreira na instituição.

- Retirada de aulas em seu contrato, divididas entre três professores, por

"acordo de cavalheiros".

- Adulteração do relatório final do processo administrativo que a absolvía, considerando-o inconclusivo, forjando a penalidade de advertência.

- Sumiço de todos os documentos de sua defesa, principalmente, o laudo médico, exigido pela instituição.

- Tratamento como bandida, com o provimento e cerco de seguranças, com carta ao reitor em "confidência".

- No processo administrativo o objetivo era demissão com justa causa, não tendo sido atingido, manipulada a demissão sem justa causa, com a apresentação no Departamento, em sua ausência, de calúnia de agressão física a colegas, impedida do direito à defesa, cuja ata para assinatura é inexistente (observar o parágrafo).

- Continuidade de difamação pública até o presente momento, 2009-2010, acompanhada de ameaças a quem denunciar.

Vai para 10 anos de minha vida que busco por justiça e nada me fará calar até ter a podridão que cercou a trama política de que fui vítima, trazida à tona.

Pergunto à advogada que monitorou tal trama e à Pró-Reitora: será que se iludem que jogarei meus 50 anos de vida profissional digna, por conta de suas atitudes canalhas, politicamente tramadas? O sono não lhe é cortado

quando se lembram de suas responsabilidades nisto tudo?

Onde anda a cabeça disso tudo, ex-coordenadora de Licenciatura, que, ao montar o circo covardemente se escondeu?

Parodiando Millôr, "o último indivíduo", o ser humano é um animal inivável. Em bando então, em grupo, na assim dita "coletividade", a guerra é certa. Escravizar o irmão, tentação irresistível, o assalto ao mais fraco, compulsivo. Foi proibido aos colegas me dirigirem a palavra, **me torturaram psicologicamente, do que ainda estou viva, não para vingança, mas para justiça.**

No dizer de nosso saudoso colega Maurício Tratemberg, a delinquência acadêmica é a mais cruel, porque a sofisticação do intelectual é uma guerra de foice em quarto escuro, embora eu, nunca tivesse querido tal guerra, na sala de aula... Com meus alunos... Com quem eu era feliz...

Senhor Cardeal, me responda o que vem a ser **"Essa coisa boa que é a Universidade Católica", expressão que, para mim, nada diz diante do exposto?**

É a presença de Deus na justiça? Onde?

Anna Maria Garzone Furtado é ex-professora da Faculdade de Ciências Sociais e Educação da PUC-SP.

Os artigos publicados nesta sessão são de responsabilidade de seus signatários

MOVIMENTOS SOCIAIS

Entidades denunciam violência contra população pobre e negra

No dia 13/5, foi organizado um ato político-cultural na Praça da Patriarca, centro de São Paulo, que debateu a violência policial contra a população negra e pobre de São Paulo. A aula pública com o tema *Mais um Maio sem Abolição, Crimes de Maio sem apuração*, teve participação de Marcus Orione, juiz federal e professor de Direito do Largo São Francisco; da professora Regina Lucia, do Movimento Negro Unificado; da professora da Basilele Malomalo, da Unesp; e do músico Edy Rock, do grupo Racionais MC's.

O objetivo do ato foi de sensibilizar a sociedade contra o racismo. A ideia é lembrar os crimes policiais de maio de 2006

e os recentes assassinatos de dois motoboys.

Além disso, as entidades protocolaram uma carta para o Governador de São Paulo, José Serra, denunciando os crimes e a repressão da Polícia Militar contra a população pobre e negra. Confira um trecho:

"Eduardo Luís Pinheiro dos Santos, 30 anos, e Alexandre Santos, 25 anos, tinham muitas coisas em comum. Além do sobrenome e de serem ambos trabalhadores motobys, eram negros! Talvez por isso a infeliz coincidência também em suas violentas mortes.

Eduardo foi encontrado morto no último dia 10/4, após ser torturado. Alexandre foi espancado até a morte na frente da mãe,

na porta de casa. Os dois foram vítimas da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Elza Pinheiro dos Santos, mãe de Eduardo, em momento de desabafo disse: 'Meu filho foi morto por ser negro'. Maria Aparecida, mãe de Alexandre, em desespero relatou: 'Eu tentava segurar a mão do policial e pedia pelo amor de Deus para que ele parasse de bater no meu filho'.

Paralelo à repercussão destes casos em toda mídia, a Baixada Santista registrou nas últimas duas semanas mais de 20 homicídios. Mais uma vez, a maioria das vítimas são moradores de periferias, jovens e negros. Os índices são fortíssimos de que há em curso a ação de grupos de extermínio com a

participação de policiais.

O Estado de São Paulo parece optar por uma política genocida em relação à população negra e pobre, especialmente a juventude. Para nós, que vivemos o cotidiano de comunidades periféricas, a polícia, que deveria garantir direitos e proteger a vida, ao contrário, é sinônimo de desrespeito, violência e morte".

Assinam o manifesto as seguintes entidades: APROPUC, UNEafro Brasil, Movimento Negro Unificado (MNU), Círculo Palmarino, Tribunal Popular, Núcleo de Consciência Negra na USP, Mães de Maio, Sujeito Coletivo USP, MTST, Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo.

Professores da Unicastelo em greve

No dia 12/5, após assembleia, os professores da Unicastelo entraram em greve pelo não pagamento dos salários do mês de abril. Uma comissão de professores vinha negociando com a Reitoria desde segunda-feira, 10/5, mas não houve nenhuma perspectiva de solução.

Os docentes da Unicastelo também fizeram outras denúncias: o não pagamento de 1/3 de férias (referentes ao ano de 2009), falta do depósito do FGTS desde 2009 e o não pagamento da folha complementar, que inclui horas de orientação

de estágio e atividades complementares. Além disso, relataram insegurança em relação aos futuros pagamentos de salários e férias.

Em comunicado aos estudantes e funcionários da universidade, os docentes explicam sua situação: "Ressaltamos que a GREVE associa-se ao nosso compromisso com uma formação de excelência, uma constante na construção de profissionais comprometidos com uma sociedade mais justa. Dessa forma, reforçamos nosso compromisso com os alunos, garantindo que

isso não afetará sua formação profissional".

APOIO DA APROPUC

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC), vem manifestar seu apoio à greve dos professores da Unicastelo na luta pelo salário devido e pelos direitos trabalhistas não pagos. Somente a organização e luta pode barrar a destruição do ensino e do trabalho ameaçados.

Maria Beatriz Abramides
Presidente da APROPUC

Repressão na Costa Rica

Poucas horas depois de assumir a presidência da Costa Rica, Laura Chinchila convocou a polícia para reprimir uma manifestação da população da Costa Rica em relação à transição do governo presidencial e o não cumprimento de algumas reivindicações aogoverno anterior.

O povo da Costa Rica também reclama da invasão policial na unviersidade de Costa Rica e a repressão contra a manifestação da privatização dos portos.

A APROPUC apoia a luta do povo costa riquenho e de toda América Latina.

ENFF promove seminário de Altos Estudos Contemporâneos

A Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) convida a todos para participarem, a partir do dia 29/5, do seminário permanente de Altos Estudos Contemporâneos. O objetivo, além de aprofundar os temas escolhidos, é estabelecer um contato mais próximo de pessoas

que estão preocupadas com o destino dos trabalhadores e da população brasileira. Assim como aumentar o círculo de colaboradores da ENFF, que vem passando por um período de dificuldades.

Para inscrição, é preciso enviar nome completo, RG, telefone e e-mail, para o endereço seminario@amigosenff.org.br. A inscrição é gratuita e haverá emissão de certificado. As vagas são limitadas.

Todas as atividades acontecerão das 14h às 18h, no Auditório da Unesp (Universidade Estadual Paulista) - Praça da Sé nº 108, 7º andar, Centro, São Paulo. Confira a programação:

Programação do Seminário	
29/5	A EPIDEMIA DA DEPRESSÃO NO CAPITALISMO <i>Ileide Fontenelle - Leandro Alberto Siqueira - Maria Noemi de Araujo - Maria Rita Kehl</i>
03/7	FUTEBOL <i>Daniel Hirata - Fábio Luiz dos Santos - José Miguel Wisnik - Luiz Gonzaga Belluzo - Paulo Arantes - Tales Ab'Saber</i>
31/7	AS ENCHENTES EM SÃO PAULO <i>Arlete Moyses - Ermínia Maricato - Delmar Mattes</i>
28/8	ENERGIA - ESTRATÉGIA E PODER <i>Gilberto Bercovici - Ildo Sauer</i>
25/9	O ESTADO DE DIREITO NO BRASIL <i>Fábio Konder Comparato - Flavia Piovesan (a confirmar) - Kenarik Boujikian Felipe (a confirmar)</i>
30/10	O LEGADO DO GOVERNO LULA <i>Alípio Freire (a confirmar) - Altamiro Borges - André Singer - Bernardo Mançano - Rosa Marques (a confirmar) - Valério Arcari</i>
27/11	OS 100 ANOS DA REVOLUÇÃO MEXICANA <i>GUILLERMO ALMEIDA - LEANDRO SARAIVA (A CONFIRMAR) - LUCIO FLAVIO RODRIGUES (A CONFIRMAR) - RUBENS MACHADO</i>

APROPUC apoia greve da Universidade de Porto Rico

A universidade de Porto Rico está em greve contra a administração de Porto Rico por tentar desmantelar a Universidade Pública fazendo uma série de cortes que atacam a excelência acadêmica da universidade. A Faculdade de Serviço Social da PUC-SP vem exercendo um papel importante nas mobilizações.

MOÇÃO DE APOIO

A APROPUC apoia a luta dos professores, estudantes e funcionários que estão em greve contra a destruição do ensino na Universidade de Porto Rico. A luta contra a política neoliberal em nossos países e a defesa do ensino público, laico, gratuito, universal e de qualidade, deve ser uma de nossas bandeiras em todo o continente latino americano e caribenho. Divulgaremos a notícia no **PUCViva**, nosso jornal semanal, e em nosso site.

Beatriz Abramides

Presidente da APROPUC-SP

Em BH, famílias lutam por moradia

Na noite de 11/5, cerca de 1200 famílias das ocupações Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy estão reunidos na Praça Sete, em Belo Horizonte. Eles foram retirados à força do saguão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SDRU) pela Tropa de Choque da Polícia Militar, quando reivindicavam os terrenos da ocupação Dandara.

Durante os dias 12 e 13/5, os manifestantes realizaram atos públicos pelas ruas da capital mineira para denunciar a política de habitação do Prefeito Marcio Lacerda. O terreno de Dandara pertence à construtora Modelo e está abandonado há 40 anos. A empresa deve R\$ 2 milhões de

IPTU para a prefeitura e a empresa sócia, construtora Lótus, tem 2557 processos na justiça.

A militante Dirlene, através de e-mail, explicou a situação das famílias e da moradia em BH. "O Prefeito de BH, Marcio Lacerda, vai fazer a doação à iniciativa privada de um terreno, na Avenida Cristiano Machado, ao lado do Minas Shopping, para a construção de lojas e hotéis. Para atender a lucratividade da iniciativa privada, doa-se terrenos extremamente valiosos. Para atender a moradia, princípio da dignidade humana, não pode doar um terreno que a Construtora Modelo tem reservado para especulação e não paga sequer o IPTU. É assim que age o capitalismo. Para quem já tem

muito, doa-se muito. Para quem não tem sequer onde morar, não se doa nada", disse.

APOIO DA APROPUC

A APROPUC apoia a luta por moradia das famílias do terreno Dandara, confira a moção:

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) declara solidariedade à luta por moradia dos moradores da Ocupação Dandara, no bairro do Céu Azul, em Belo Horizonte. O terreno ocupado irregularmente pela Construtora Modelo, abandonado há mais 40 anos, não cumpre sua função social e deve ser usado para garantir a moradia digna a todos os seus atuais ocupantes, ao invés de servir mais

uma vez para a especulação imobiliária urbana. Lembrando que a construtora em questão está sendo acusada por mais de dois mil processos na justiça, é uma das maiores devedoras de IPTU no município e já lesou milhares de mutuários.

A cidade de Belo Horizonte tem um déficit habitacional de mais de 100 mil moradias, e o que vemos é a justiça e a administração do município defendendo o interesse particular de uma empresa privada que cometeu uma série de crimes. A propriedade privada não está acima do direito à vida e à dignidade. A APROPUC defende os direitos dos moradores da Ocupação Dandara e exige a reconsideração do processo de reintegração de posse.

Diretoria da APROPUC

ROLA NA RAMPA

Assembleia da APROPUC elege delegados para o Conclat

Durante o fechamento dessa edição a APROPUC fez uma assembleia, na sede da entidade, para eleger os delegados para o Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora), que ocorrerá em Santos nos dias 5 e 6/6. O Conclat deverá aprovar a formação de uma nova central sindical que representa um importante passo para a

unificação das lutas contra o neoliberalismo e os ataques aos direitos dos trabalhadores. Além de sindicatos, a nova central também abrigará movimentos populares, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). O **PUCviva** noticiará na próxima edição o resultado da assembleia e cobrirá também o Conclat.

Eleições para CIPA na PUC-SP

Entre os dias 17,18 e 19/5, das 9h às 21h, ocorrem as eleições da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). A apuração ocorrerá no dia 20/5, às 10h, em local a ser definido. Os representantes escolhidos na votação realizarão treinamento de 20 h no período de 7 a 11/6. Já a posse ocorrerá no

dia 23/6. A gestão 2010/2011 será formada por um representante titular e um representante suplente, indicados pelo empregador, um representante titular e um representante suplente, eleitos pelos empregados. O mandato terá duração de um ano, com permissão para reeleição.

Medicina Legal é tema de debate no "22 de Agosto"

O CA "22 de Agosto" (Direito) convida os estudantes e interessados na área para o curso *Introdução à Medicina Legal*, no dia 18/5, às 19h, na sala 134C. O curso será ministrado por Aba Cristina, pós-graduada em saúde pública, anestesiológica, perita legista e médica legista da Polícia Federal. Informações (11) 3670-8341.

Educ lança livro sobre Adhemar de Barros

No dia 20/5, às 19h, na Livraria Cultura do Shopping Villa-Lobos, será realizado o lançamento do livro *Adhemar de Barros: Práti-*

cas e tensões políticas no poder (Educ), do professor Ari Marcelo Macedo Couto, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.

Audiência Pública com a direção da Faculdade de Direito

No dia 19/5, às 10h, acontecerá, em local a ser confirmado, uma audiência pública com a direção da Faculdade de Direito, sobre a questão da abertura de vagas para o vestibular de inverno

e a representação discente no conselho da Faculdade. A realização desta Audiência é uma conquista dos estudantes que reivindicam a realização da audiência há mais de dois meses.

Jornada de Psicologia Sócio Histórica na PUC-SP

A II Jornada de Psicologia Sócio-Histórica da PUC-SP terá o tema *Subjetividade, Sociedade e Cultura: A Leitura Sócio-Histórica e suas Intervenções*. As atividades serão realizadas no dia

26/5, das 9h às 18h, no Tucarena. Mais informações através de sociohistorica@pucsp.br. A organização é da Equipe de Psicologia Sócio-Histórica da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP.

Aulas de Dança de Salão da AFAPUC

A AFAPUC convida os funcionários administrativos da PUC-SP para as aulas de Dança de Salão com o professor Renato Galhardo. As aulas terão início no dia 17/5, com aulas de segundas e quartas, com turmas em dois horários (das 13h

às 14h e, das 14h às 15h). Aos associados será cobrado R\$ 15,00, com desconto em folha, e não associado R\$40,00, com pagamento na secretaria da Associação. Mais informações pelo telefone (11) 3670-8208 ou na sede da AFAPUC.

Ciclo debate trabalho e tecnologia

A professora Anita Kon e o EITT convidam toda a comunidade puquiã para o *VII Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia*. As atividades terão início no dia 20/5, às 8h30, na sala 500b, com

a palestra Economia Industrial e Agrícola. Para conferir a programação completa, acesse a página www.pucsp.br/eitt, Inscrições através do e-mail monteiro_erika@yahoo.com.br. Outras informações: (11) 3670-8516.

Justiça decide contra quinquênios dos funcionários

A juíza do Trabalho Cristina Serpa Ponsan julgou impropriedade a ação movida pela AFAPUC juntamente com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo, onde as entidades reivindicavam

o pagamento dos quinquênios que foram cortados dos funcionários administrativos pela Fundação São Paulo a partir de 2006. A diretoria da AFAPUC e o SAAESP irão recorrer da sentença.